

Resenha

Os abismos da suspeita

Os abismos da suspeita

Miguel Angel de Barrenechea

Os abismos da suspeita: Nietzsche e o perspectivismo, de Silvia Rocha, apresenta uma interpretação esclarecedora, rigorosa e clara sobre a teoria nietzschiana. Ao concluir a leitura dos quatro capítulos do livro, temos a impressão de que o perspectivismo é uma doutrina bastante compreensível no *corpus* da densa e vasta obra nietzschiana. O perspectivismo, no entanto, está longe de ser uma concepção facilmente apreensível, dadas as suas complexas conseqüências ontológicas e epistemológicas. A impressão de que seria uma questão acessível, trata-se, sem dúvida, de um grande mérito da comentarista, que aborda de forma orgânica e sistemática um dos mais difíceis e espinhosos problemas da filosofia nietzschiana.

Essa questão deu lugar a múltiplos mal-entendidos, variegadas divergências e, até, inúmeras interpretações superficiais. Para desfazer essas leituras controversas, já no início de *Os abismos da suspeita*, Rocha contesta uma das mais comuns deturpações e simplificações do perspectivismo, que o consideram apenas uma teoria do conhecimento. Nessa focalização habitual, se restringiria à problemática cognoscitiva, sem qualquer tematização da questão do Ser. A autora é enfática ao questionar essa interpretação limitada: o perspectivismo é, em primeira instância, uma visão da realidade, do mundo. Em decorrência dessa perspectiva ontológica, surge uma

concepção do conhecimento. Aliás, ambos os problemas são, para Nietzsche, inseparáveis: “(...) o problema de conciliar a ontologia com seu perspectivismo é uma falsa questão porque, em última análise, o que o perspectivismo recusa é precisamente a possibilidade de isolar a questão epistemológica de uma reflexão sobre o mundo (...) Ao negar a existência de um mundo do Ser, é a própria distinção entre ontologia e teoria de conhecimento que é problematizada” (ROCHA, 2003, p. 42-3).

O perspectivismo é a singular concepção nietzschiana do *devenir*, do universo multiforme, constituído por inúmeras forças em confronto, do *caos* de impulsos que se confrontam sem cessar. A realidade é perpassada pelo jogo da vontade de potência, cujo perpétuo dinamismo faz e desfaz configurações temporárias, carecendo de qualquer estabilidade ou permanência. O mundo é *proteiforme*: um puro dinamismo, uma vertigem anárquica de pontos de força, refratário a qualquer estabilização. Trata-se, conforme ilustra um conhecido fragmento póstumo, de um *mar* de forças, uma *monstruosidade* de forças em ação. Eis um universo multiforme, um caleidoscópio que carece de toda feição apreensível. Não tem leis, causas, substâncias, sujeitos, identidades; não há nada que seja permanente, que possa ser *cristalizado* e fixado em categorias conceituais. Rocha assinala que Nietzsche sustenta uma “ontologia negativa”: o “ser” do mundo consiste, justamente, em carecer de ser; não há estabilidade, fixidez, legalidade, consistência ou qualquer tipo de estrutura permanente – não há “entidades” – que possa ser fixada pela razão humana. Disto decorre uma *doutrina trágica*. O universo, contra todas as expectativas do homem, não tem sentido,

finalidade, lei, causa ou alvo final; não há progresso, escatologia, salvação, categorias *humanas, demasiado humanas*. Disto decorre também uma rigorosa *doutrina da imanência*, já que não há ultramundos – como fabulou a tradição metafísica ocidental –, tampouco existe um *mundo essencial*, “coisa em si” etc. que seria o suporte ou fundamento das nossas percepções e pensamentos. A imanência consiste no puro passar do devir, na fluidificação de forças que não apontam para uma suposta consistência situada para além do passar, do devir.

Rocha mostra que o perspectivismo é a concepção da realidade que sustenta uma “ontologia negativa”, uma visão trágica ou imanente. Dessa concepção de mundo, decorre uma visão perspectivista do conhecimento. Num universo trágico, não há nada para ser conhecido, não há entidades ou identidades a serem apreendidas. Por isso, *conhecer é criar perspectivas*, interpretar, fabular, modelar, avaliar. Trata-se de gerar artisticamente um mundo à nossa medida. Ao não existir ser, essência, identidade, ao estarmos num mundo que é puro caos, o conhecimento resulta uma atividade ficcional, reguladora, configuradora que visa – por necessidade de sobrevivência, pela urgência vital de habitar um mundo estável, constante –, a dar forma ao informe, encontrar leis no desregrado, construir entes para tornar a vida tranqüila e previsível.

Nessa visão do conhecimento, não há nenhum fundo ou essência ou fundo extra-perspectivo para ser conhecido. Tudo é ficção e criação humana. Portanto, *não há verdade*. Não há nenhuma perspectiva absoluta para além das perspectivas parciais. Acreditar na verdade suporia a hipótese de um olhar extra ou meta-

perspectivo que pudesse enxergar como “realmente” são as “coisas”. Nietzsche inibe categoricamente esta pretensão. Não há perspectiva absoluta, porque não há nada para ser conhecido, não há coisas veladas que poderiam ser desveladas, desde esse suposto ponto de vista metaperspectivo. O nosso conhecer é, apenas, uma tarefa vital, antropomórfica, própria da nossa limitada espécie. Ao construir o conhecimento, agimos como a aranha que tece sua teia para caçar o seu alimento. Os nossos conceitos são nossa *teia* conceitual para que possamos agir sem sobressaltos. Geramos o universo à nossa imagem: coisas, sujeitos, identidades, são nossas ferramentas vitais para ordenarmos na vida.

Rocha analisa as múltiplas dificuldades que a doutrina perspectivista acarreta. A visão ontológica perspectivista pode ser considerada *autocontraditória* – nega que possamos conhecer o mundo, ao mesmo tempo pretende sustentar um saber sobre o mundo – ou *dogmática* – já que contesta a ontologia tradicional, que pretende falar de um Ser inexistente, mas, ao mesmo tempo, afirma que a realidade é *dever*. No plano do conhecimento, o perspectivismo também encontra numerosos problemas. Ao questionar a existência da verdade, esta ótica foi identificada como antropocentrismo, relativismo, pragmatismo, fenomenismo, ceticismo, kantismo etc. As duas últimas posturas – a relação do perspectivismo com o ceticismo e com o kantismo – são analisadas nos últimos capítulos do livro. A autora esclarece com rigor esses problemas inerentes ao perspectivismo, dialogando com intérpretes fundamentais de Nietzsche, como Heidegger, Granier, Rosset, Kofman, Reboul, Marques. Rocha situa as colocações desses intérpretes sobre o perspectivismo

para, posteriormente, apresentar claramente o seu ponto de vista, que resgata a singularidade do pensamento nietzschiano sobre o ser e o conhecer.

Os capítulos terceiro e quarto visam a esclarecer a radicalidade do perspectivismo que ultrapassa tanto o ceticismo quanto o criticismo. O ceticismo, nas suas diversas formulações, mantém intata a *crença* na verdade – “O problema do cético (...) é que ele ainda acredita demasiado na verdade” (Op. cit., p. 143). Se não podemos afirmar nada sobre o mundo, se o melhor é abster-se de proferir juízos sobre uma natureza desconhecida, subjaze, ainda, no cético, a fé de que a verdade *poderia ser* conhecida, mas o nosso conhecimento seria ineficiente, insuficiente para atingi-la. O “mel em si”, conforme um exemplo clássico do ceticismo, estaria para além das nossas percepções individuais, que se limitam a experimentar o “mel para mim”. Nietzsche, nesse ponto, vai além do ceticismo. Não se trata de conhecer “melhor” ou de achar uma percepção metaperceptiva que possa capturar o “mel em si”. Não há mel, não há coisa, não há em si; conhecer não é *refletir* ou *espelhar* algo *dado*, mas construir, criar, inventar. O cético permanece na crença de uma verdade escondida. O perspectivismo, diferentemente, mostra que aquele que conhece é um *artista*, que não cria a partir de nenhum modelo prévio; conhecer é improvisar, sem antecedente algum.

Diversos autores destacaram a proximidade teórica entre o criticismo e o perspectivismo; muitos afirmaram que o último não seria mais do que uma continuação ou radicalização do primeiro. Rocha assinala, no quarto e último capítulo, que ambas as posturas coincidem ao afirmar que as categorias racionais são próprias do

homem e que o mundo – em si mesmo – não é cognoscível, já que sempre dependemos da mediação dessas categorias. Porém, as duas teorias divergem porque Kant sublinha a *objetividade* das categorias, que seriam universais e necessárias. Também o criticismo diverge do perspectivismo, quando assinala a existência de uma *coisa em si*, que não pode ser conhecida, mas é passível de ser pensada. Kant estabelece um outro uso da razão não-teórica que teria acesso às coisas em si mesmas: a *razão prática*. Nietzsche discorda dessas conclusões. Ele leva a sua suspeita sobre o mundo e sobre o conhecimento até as últimas conseqüências: as categorias não são objetivas, carecem de universalidade e necessidade. Trata-se, apenas, do nosso instrumental, da nossa “teia de aranha” conceitual para impor formas estáveis ao devir, para torná-lo conhecido. O perspectivismo também contesta a existência da coisa em si e a possibilidade de que a razão, em qualquer instância, possa conhecê-la. Como foi dito, conhecer é forjar ficções que nada têm a ver com uma suposta realidade essencial.

Silvia Rocha mostra, ao longo de *Os abismos da suspeita*, a originalidade do perspectivismo nietzschiano. No aspecto ontológico, Nietzsche se desvencilha da tradição metafísica que pretendeu exaurir o âmago do Ser, atingir a essência das coisas, desvendar um fundo originário. A ontologia negativa da coisa liberta o homem da crença em supostas permanências ou entidades pré-existentes. No aspecto epistemológico, o perspectivismo resgata o papel criador, livre, arbitrário e ficcional do conhecimento; ao conhecer somos artistas, livres para gerir nossos próprios parâmetros, nossas próprias lanternas para modelarmos um mundo à nossa imagem.

Contudo, Rocha, ao mesmo tempo que destaca a radicalidade do perspectivismo, admite que essa doutrina é passível de numerosas objeções e contestações. Pois, se não há verdade, por que *preferir* o perspectivismo às outras teorias sobre o ser e o conhecer? Essa preferência, a primeira vista, parece gratuita, infundada. O perspectivismo aceita, por princípio teórico, a impossibilidade de ser *verificado*. Então, qual o motivo teórico para sustentar a validade – a preferência – dessa perspectiva, havendo tantas outras perspectivas? Qual seria o parâmetro que leva a escolher uma doutrina que se assume como não-verdadeira, não-verificável? Rocha destaca que o parâmetro está dado pela vontade de potência. A vontade de potência impele não a procurar a verdade, mas a criar, a legislar, a *estabelecer valores*. O problema ontológico e epistemológico fica, assim, deslocado para a perspectiva axiológica, para a criação de valores.

Se é possível sustentar o perspectivismo, a motivação não é a verdade ou a possibilidade de verificação do mesmo. Essa doutrina abandona a pretensão de *corroboração* ou *demonstração*. Não se trata de um defeito, de fato, mas de uma escolha *de jure*. “Ela é constituída pelo princípio de incerteza (...) a incerteza que caracteriza uma tal filosofia não é apenas uma deficiência de fato mas de direito” (Op.cit., p. 172). Assim, o perspectivismo, justamente pelo seu caráter perspectivístico, se aceita como uma doutrina entre outras, não como uma meta-perspectiva, como o suposto lugar da verdade, já que não há verdade. Nesse sentido, Rocha destaca, finalmente, que um dos maiores méritos do perspectivismo é ser uma filosofia que resgata o exercício indeclinável da suspeita. Ao suspeitar de tudo,

ela mesma é passível constantemente de ser questionada. Doutrina indemonstrável e inverificável, mostra-se permanentemente antidogmática, essencialmente crítica. Como conclui a comentarista, trata-se de uma concepção radical, que nos coloca sempre – como um Sísifo do conhecimento, que levantasse uma vez e outra o peso de inúmeras perguntas –, na indagação, na intempérie do questionamento de tudo que se apresente como verdade. O perspectivismo não abandona a pretensão fundamental da filosofia que é colocarmos, sempre, nos “abismos da suspeita”, num “perigoso talvez”: “O que distingue a suspeita da certeza não é a quantidade, nem a extensão, nem a precisão do seu conteúdo, mas sua ausência de fundamento: ela deve aceitar permanecer como um *perigoso talvez*” (Id., p. 172).

Referência bibliográfica

ROCHA, Silvia Pimenta Velloso. *Os abismos da suspeita. Nietzsche e o perspectivismo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2003, 182 p.

Miguel Angel de Barrenechea é professor do Departamento de Filosofia e Ciências Sociais e do Mestrado em Memória Social da UNIRIO.